

INFORME SEMANAL

N. 10 | 06 a 10 de setembro de 2021

RE 1017365 – MARCO TEMPORAL - OCUPAÇÃO INDÍGENA

O STF retomou nesta quinta-feira o julgamento do Recurso Extraordinário RE 1017365, com o voto do relator deste processo, Ministro Edson Fachin. Em seu voto, o Ministro entendeu que a posse da terra indígena é definida pela tradicionalidade, referendando que os direitos territoriais indígenas previstos na Constituição Federal configuram direitos fundamentais relacionados à condição de existência e vida digna destes povos e que, por isso, a ocupação não se configura a partir de um marco temporal. O julgamento deve prosseguir na próxima semana com a votação dos demais Ministros do Supremo. A demarcação de terras indígenas também é objeto do PL 490/2007, em tramitação na Câmara dos Deputados. O projeto visa garantir maior segurança jurídica ao tema ao propor critérios legais para a demarcação de terras indígenas, seguindo precedentes definidos pelo próprio STF quando do julgamento da Petição PET 3388, sobre a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol.

PEC 23/2021 – PEC DOS PRECATÓRIOS

Nesta semana a CCJ da Câmara dos Deputados realizou audiência pública para debater a proposta de emenda à constituição – PEC 23/2021, que define regras para o pagamento de precatórios. O texto, proposto pelo governo federal, permite o parcelamento do pagamento de dívidas pelo governo. Uma das formas de parcelamento prevê que os precatórios de valor superior a R\$ 66 milhões poderão ser pagos em até 10 parcelas, sendo a primeira em montante equivalente a 15% da dívida. As regras não se aplicam a precatórios de valores inferiores a R\$ 66 mil reais. Além disso, propõe-se a alteração do índice de correção de todos os precatórios, que passam a se dar pela taxa básica de juros, em substituição à Selic ou ao IPCA, índices atuais aplicáveis de acordo com a natureza da dívida. A proposta aguarda deliberação pela CCJ para seguir para votação pelo Plenário.

MP 1.055/2021 – GESTÃO HÍDRICA

O Senador Rodrigo Pacheco prorrogou por mais 60 dias a vigência da MP 1.055/2021, que criou a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (Creg), órgão responsável pela gestão da atual crise hídrica e a quem é facultada a determinação de medidas emergenciais, em caráter temporário e excepcional, como, por exemplo, a definição de limites de uso, armazenamento e vazão de usinas hidrelétricas. A Câmara é composta pelos ministros de Minas

INFORME SEMANAL

N. 10 | 06 a 10 de setembro de 2021

e Energia, da Infraestrutura, do Desenvolvimento Regional, do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A MP aguarda deliberação pela Câmara dos Deputados.

PL 2.159/2021 – LICENCIAMENTO AMBIENTAL

As Comissões do Meio Ambiente (CMA) e da Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal iniciaram uma série de audiências públicas conjuntas para debater o PL 2.159/2021, que estabelece a Lei Geral do Licenciamento Ambiental. O projeto atualiza as regras gerais para o processo de licenciamento ambiental, promovendo agilidade, redução de custos, maior segurança jurídica em conjunto com a adequada proteção e conservação do meio ambiente. Após as audiências públicas, a relatora, Senadora Katia Abreu, deverá formalizar seu parecer.

PL 2.844/2021 – LEI DOS BIOMAS

Está tramitando na Câmara dos Deputados o PL 2.844/2021, de autoria do Deputado Federal Sergio Souza, que cria o fundo para conservação dos biomas brasileiros, quais sejam: Amazônia, Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Pampa e Pantanal. O texto objetiva incentivar a proteção e o uso sustentável dos biomas, além de conferir maior segurança jurídica ao tema, que tem sido objeto de ações judiciais especialmente após a aprovação do Código Florestal.